

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.435 - SP (2019/0210331-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : QUÍMICA FABRIL INDARP LTDA
ADVOGADO : ROBERTO FERNANDES DE ALMEIDA - SP061726

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda Nacional, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 180):

DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÃO AO INCRA - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA.

1. A higidez da exigência da contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra foi reconhecida pelo STJ em precedente paradigmático (REsp 977.058/RS). Ademais, a questão foi objeto da Súmula nº 516 daquela Corte Superior.
2. A contribuição ao Incra, portanto, permanece hígida, sendo devida por empregadores urbanos e rurais. Precedentes da 5ª Turma do TRF3.
3. Apelação da União provida.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 193-198).

Aduz a recorrente ofensa aos arts. 489, § 1º, II a V, e 1.022, I e II, do CPC/2015. Argumenta que a Corte regional "[...] não se pronunciou sobre a evidente contradição e omissão no v. acórdão que reformou a r. sentença, acarretando na total improcedência dos embargos à execução, motivo pelo que os honorários arbitrados em 1º grau, com base em parcial procedência, deveriam ser ajustados" (e-STJ, fl. 206).

Aduz violação do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973. Sustenta, em síntese, que é irrisório o valor dos honorários advocatícios fixados na origem.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 223-226), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

Inicialmente, não merece prosperar a tese de violação dos arts. 489, § 1º, II a V, e 1.022, I e II, do CPC/2015, porquanto a decisão da Corte regional fundamentou claramente o posicionamento por ela assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.

Ademais, a solução da controvérsia de forma contrária à defendida pela insurgente, com fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura contradição ou qualquer outro vício constante do art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

DEPÓSITO. PRESCRIÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO VERIFICADA. PRESCRIÇÃO DE MADEIRA APREENDIDA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ. ANÁLISE DO DISSÍDIO PREJUDICADO. FUNDAMENTO NÃO REBATIDO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 283 E 284, AMBAS DO STF.

[...]

II - Com relação à alegação de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/15, suscitada no apelo nobre, sem razão o recorrente a esse respeito, tendo o Tribunal *a quo* decidido a matéria de forma fundamentada, analisando todas as questões que entendeu necessárias para a solução da lide, não obstante tenha decidido contrariamente à sua pretensão no que diz respeito à ocorrência da prescrição.

III - Nesse panorama, a oposição dos embargos declaratórios caracterizou, tão somente, a irresignação do embargante diante de decisão contrária a seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

IV - Tem-se, ainda, que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos invocados pelas partes quando, por outros meios que lhes sirvam de convicção, tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio. As proposições poderão ou não ser explicitamente dissecadas pelo magistrado, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando o seu proceder de acordo com o seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto.

V - Descaracterizada a alegada omissão, se tem de rigor o afastamento da suposta violação do art. 1022 do CPC/2015, conforme pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: AgInt no AREsp 1046644/MS, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, julgado em 05/09/2017, DJe 11/09/2017 e REsp 1649296/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 05/09/2017, DJe 14/09/2017.

[...]

VIII - Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.757.501/SC, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/4/2019, DJe 3/5/2019)

Quanto ao mérito propriamente dito, a orientação da jurisprudência desta Corte Superior é de que, para o arbitramento dos honorários advocatícios, o julgador, na apreciação subjetiva, pode utilizar-se de percentuais sobre o valor da causa ou da condenação, ou mesmo de um valor fixo, não se restringindo aos percentuais previstos nos §§ 3º e 4º do art. 20 do CPC/1973.

Ademais, o arbitramento da verba honorária pelo critério da equidade na instância ordinária é matéria de ordem fática, insuscetível de reexame na via especial nos termos da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

Excepcionalmente, entretanto, entende-se cabível a readequação dos honorários se o valor fixado foi claramente irrisório ou exorbitante (v.g. REsp 1.387.248/SC, Corte Especial, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe

Superior Tribunal de Justiça

19/5/2014 – repetitivo), o que não é o caso dos autos, no qual a Corte de origem manteve o valor dos honorários fixados na sentença sem adentrar em detalhes significativos que pudessem justificar a pretendida revisão. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DIREITO À NOMEAÇÃO CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS. PRETERIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE MINORAÇÃO DO VALOR ESTIPULADO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

[...]

4. A revisão dos honorários advocatícios esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ, pois não restou configurada a excepcionalidade exigida pela jurisprudência desta Corte para que seja possível a alteração da verba sucumbencial.

5. Agravo Interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.084.655/RJ, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 25/8/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PREVIDÊNCIA SOCIAL. EXAME DE CLÁUSULAS DO CONVÊNIO. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE PREJUDICADA. IMPUGNAÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE VERBA HONORÁRIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

5. A revisão percentual de honorários advocatícios não é possível em sede especial porquanto implica incursão ao suporte fático-probatório carreado aos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ, salvo para rever a fixação de verba honorária em valor irrisório ou excessivo.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.586.912/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 7/11/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, conheço em parte do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

